

INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR¹

Liria Ângela Andrioli², Walter Frantz³, Vera Lucia Trennepohl⁴.

¹ Estudo desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Educação Popular, Movimentos e Organizações Sociais da Unijuí

² Doutoranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI, na linha de pesquisa: "Educação popular em movimentos e organizações sociais". Bolsista Capes/Fapergs. liriaandrioli@yahoo.com.br

³ Professor Orientador. Doutor em Ciências Educativas pela Universidade de Münster (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Mestrado e Doutorado da UNIJUI. wfrantz@unijui.edu.br

⁴ Doutoranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI, na linha de pesquisa: "Educação popular em movimentos e organizações sociais" e professora da UNIJUI. verat@unijui.edu.br

Introdução

A sociedade está marcada pela lógica da globalização capitalista que orienta e determina as ações e relações sociais entre os seres humanos. Essa lógica, por sua vez, se utiliza de mecanismos que geram desigualdades e conduzem à exclusão social. Em contrapartida, surgem movimentos que vão de encontro a essa lógica, apresentam possibilidades focadas na inclusão social e preenchem as lacunas deixadas pelo sistema de exploração. É nesse viés que surge como alternativa viável a educação popular. Assim, o artigo propõe-se a analisar brevemente a realidade atual brasileira, as mudanças econômicas e a ampliação de políticas sociais que possibilitaram a inclusão social de uma parcela maior da população após a Assembleia Constituinte, bem como os desafios postos para a educação popular nesse contexto.

Metodologia

A metodologia utilizada foi de natureza teórica, com pesquisa bibliográfica dos dados.

Resultados e discussão

Uma das marcas da globalização é a competitividade, que de acordo com Santos (2010, p. 46) significa "vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar". Essa ideologia está ancorada centralmente no individualismo, desconsiderando a coletividade. Consequentemente, existem percepções fragmentadas, um discurso único da realidade social e grandes propensões à exclusão social. Porém, no Brasil ou mesmo na América Latina, foram construídas políticas de inclusão social que estão mudando a condição social de uma parcela da população. Por exemplo, faz-se

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

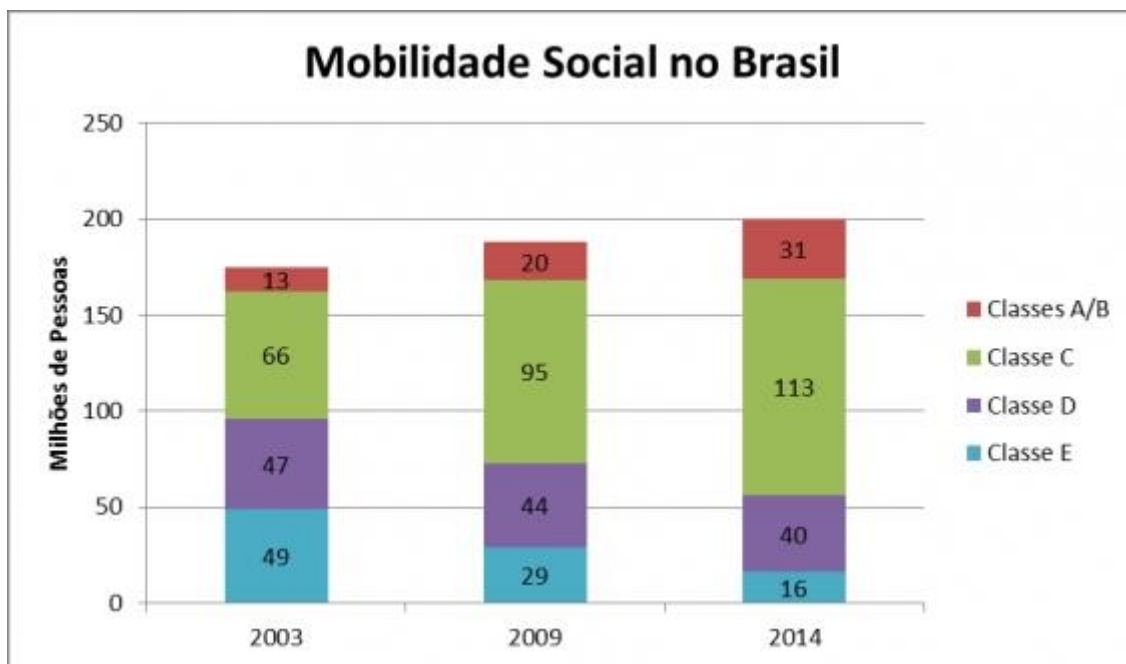
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

referência à Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que garante o acesso ao ensino universitário de uma parcela maior da população.

Ao refletirmos acerca da realidade social brasileira, percebe-se que a Assembleia Constituinte, promulgada em 5 de outubro de 1988 ampliou as conquistas sociais dos(as) brasileiros(as), consagrando as principais expectativas, reivindicações e bandeiras da sociedade brasileira. A chamada “Constituição cidadã”, hoje com mais de 25 anos, possibilitou a construção de ações que visavam a remoção dos entraves autoritários, incorporando, assim, várias possibilidades de desenvolvimento da democracia. Ela contribuiu para o processo de universalização do acesso à saúde e à educação, de modo que programas sociais foram construídos para garantir uma melhoria no poder aquisitivo da população.

O economista Márcio Pochmann (2001), em seu livro "O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu", destaca que, mesmo com a baixa escolarização e com pouca experiência profissional, as novas ofertas de emprego estão absorvendo um número significativo de trabalhadores(as), possibilitando a ascensão social. O autor, contudo, destaca que estes(as) não podem ser identificados/as como classe média, pois existem demandas que deverão ser supridas. É a classe trabalhadora que, aos poucos, passa a ocupar um novo papel de reconfiguração social. Os dados a seguir (Gráfico 1) demonstram uma melhoria na realidade social brasileira, entretanto, ainda existe um longo caminho pela frente.

Gráfico 1 - Mobilidade social no Brasil

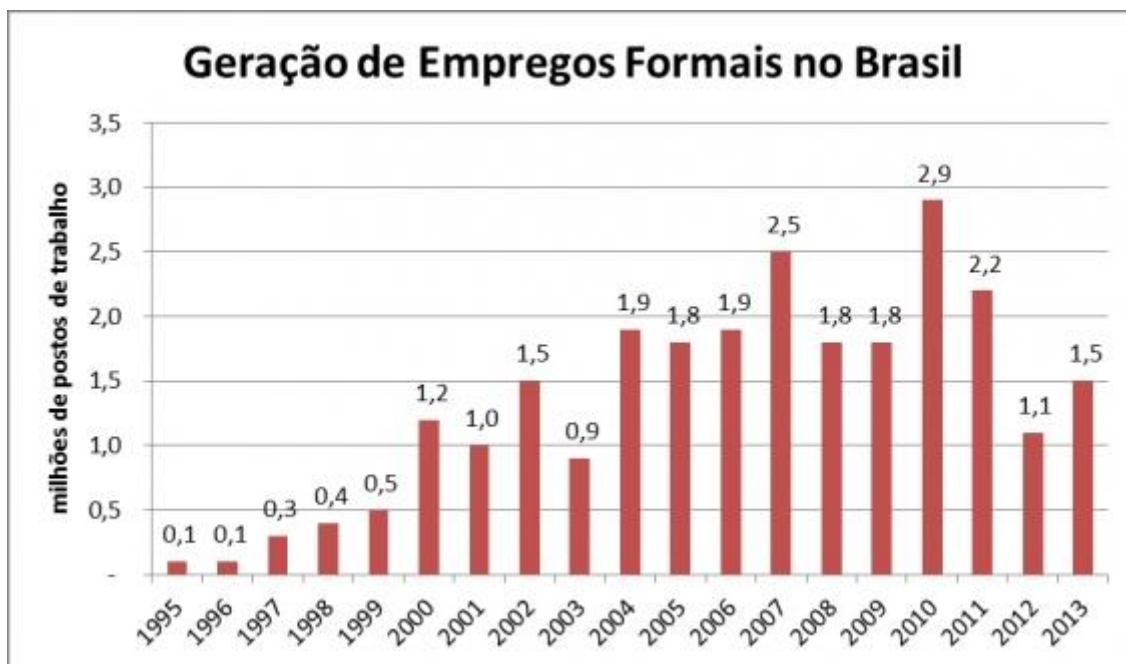


Fonte: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. In: www.cps.fgv.br/cps

A inclusão social de uma parcela maior da população brasileira foi possível em razão do aperfeiçoamento ou da construção de políticas públicas, que possibilitaram a distribuição maior da renda. Surgiram, assim, programas sociais, por exemplo o Bolsa Família, a Previdência Social, a valorização do salário mínimo, as políticas de saúde pública, entre outros.

Percebe-se, dessa forma, que a retomada do crescimento econômico contribuiu para a melhoria do poder de compra da população, pois com o avanço da produção amplia-se a geração de emprego e renda, conforme podemos evidenciar no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Geração de empregos formais no Brasil



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED).

A retomada do crescimento econômico contribuiu com a geração de mais empregos, tanto no setor industrial quanto no agrícola, destacando-se o setor terciário, no qual "pode ser considerado como um avanço na maturidade socioeconômica do país visto sua importância na geração e distribuição de renda e riqueza, de alocação de mão-de-obra e, por consequência, na elevação do padrão de vida da população, pelo acesso a bens e serviços diversificados". (TRENNEPOHL; KOHLER, 2014, p.99)

As políticas sociais e o aumento da geração de empregos formais ampliou o desejo ou a necessidade de acesso ao ensino médio e universitário. Vale ressaltar que a educação é percebida como uma possibilidade de ascensão social, conforme podemos evidenciar no Gráfico 3. Em função disso, torna-se desejo da coletividade, além de ser entendida também como um bem cultural para o desenvolvimento econômico, social e político.

Gráfico 3 - Acesso à educação no Brasil



Fonte: Centro de estudos da metrópole a partir de dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Departamento de Informática do sistema Único de saúde (DATASUS). In: COSTA, 2013, p. 1.

As mudanças nas políticas de acesso de algumas universidades públicas no Brasil, podem estar contribuindo para um crescimento expressivo do número de inscrições na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2014. Segundo dados extraoficiais, os inscritos estariam superando os 9,5 milhões. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), houve um crescimento de 21,8% em relação à edição anterior. Vale ressaltar que isso significa que mais pessoas estão chegando à universidade.

A inclusão social de uma parcela da população, até então sem grandes possibilidades de acesso à educação, está requerendo um repensar dos diversos espaços de aprendizagem. Segundo Gadotti (2013, p.3) “As classes populares reivindicam escola pública, mas não querem apenas a extensão da escola burocrática e elitista do Estado. Querem que essa escola acolha também os seus saberes e sonhos e seja radicalmente democrática”.

É nessa perspectiva que se apresenta a educação popular, como um instrumento de intervenção social, que contraria os mecanismos de repressão e submissão. Ela remete à problematização e por ser uma prática social e cultural também se constitui como um instrumento de luta social.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

A educação popular, portanto, prescinde do diálogo intercultural como elemento de complementaridade e de aglutinação entre as diversas culturas do mundo e entre os diversos saberes produzidos pelas mesmas, no que se refere ao sonho e à esperança em torno da emergência de uma civilização cooperativa. (ANDRIOLI; FRANTZ; FIGUEIREDO, 2013, p. 90)

Assim, a educação popular está desafiada a construir alternativas que contribuam para a reflexão também nos espaços de aprendizagem acerca das expectativas e vivências das pessoas que estão tendo maior possibilidade de inserção social. A partir dessa nova conjuntura uma escola que, em décadas anteriores, estava voltada para a elite terá que se preocupar e dar atenção igualmente para essa outra parcela da população.

Conclusões

Refletir acerca da realidade social brasileira permite-nos vislumbrar importantes avanços na perspectiva da inclusão social. Houve uma significativa retomada do crescimento econômico proporcionando, assim, uma melhoria de vida à população.

Apesar de todos os avanços, entretanto, as contradições sociais ainda são muitas. Aos poucos caminha-se em direção a uma globalização mais humana, ou então alternativa. Esse caminho, contudo, necessita estar embasado em valores que vão ao encontro de relações mais humanas, de modo que valores como igualdade e reciprocidade estejam presentes, e é exatamente nesse contexto que a educação popular assume um importante papel ao intervir contra a exclusão social e a competição. Por ser uma prática social permite reconfigurar uma nova sociedade amparada nos princípios da cooperação.

Palavras-chave: Inclusão social. Educação popular. Políticas sociais.

Referências Bibliográficas

ANDRIOLI, Liria Ângela; FRANTZ, Walter; FIGUEIREDO, José Wnilson. A educação popular no contexto da globalização neoliberal. In: Revista Educação em Questão. Natal, v. 47, n. 33 set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaeduquestao.educ.ufrn.br/pdfs/v47n33.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

BRASIL/ TEM. Ministério do Trabalho em Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED). Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em 26 abril. 2014.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

COSTA, Fernando C. 25 anos após a Constituinte: conquistas Sociais. In: Blog do Fernando Costa. Brasília, 2013. Disponível em <<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2013/10/01/25-anos-apos-a-constituente-conquistas-sociais/>>. Acesso em 22 mai. 2014

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <www.cps.fgv.br/cps>. Acesso em 26 abril. 2014.

GADOTTI, Moacir. Estado e Educação Popular: desafios de uma política nacional. In: Secretaria Geral da Presidência da República. Site Participa, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.participa.br/articles/0006/3700/Estado_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Popular_-_Gadotti.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2014.

KOHLER, Romualdo; TRENNEPOHL, Vera L. Estrutura econômica e o desenvolvimento brasileiro. IN: TRENNEPOHL, Vera L. (org) Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira. Ijuí: ed. Unijui. 2014.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.